

## A natureza no Cárcere: o conceito de natureza na obra de Gramsci

Alexandre Reinaldo Protásio\*

O conceito de Natureza ao longo dos “Cadernos do Cárcere” (os especiais e miscelâneos) sofreu variações de conteúdo. Os “Cadernos” foram escritos entre fevereiro de 1929 e junho de 1935, de acordo com a cronologia elaborada por G. Francioni (Gramsci, 2002b: 457). Para o breve exame do conceito, não será seguida a ordem temática, como estão organizados os Cadernos na atual edição da Civilização Brasileira, mas sim cronológica.

Além disso, muitos Cadernos especiais e miscelâneos foram escritos de maneira simultânea ou com poucas semanas de diferença, o que demonstra a vitalidade da obra gramsciana, pois podemos acompanhar, como em um “diário conceitual”, as transformações no método e nos principais conceitos. As relações entre o Americanismo e a natureza, presente na obra de Gramsci, ficaram de fora deste artigo.

### Transformações e oscilações no conceito de natureza

Entre novembro de 1930 e fevereiro de 1931, Gramsci escreveu no parágrafo 18 do Caderno miscelâneo nº 7, que a unidade nos elementos constitutivos do marxismo se dava “pelo desenvolvimento dialético das contradições entre o homem e a matéria (natureza – forças materiais de produção)” (Gramsci, 2004a: 236-7). Nesse trecho, Gramsci apresenta a natureza de duas formas complementares: componente dialético que, ao lado do homem, compõe a realidade; e como matéria no processo produtivo.

Para o Gramsci de 1930-1932, o homem entra em contato com a matéria (natureza) através da técnica, da tecnologia ou do trabalho (processo produtivo). Em virtude desse entendimento, percebe-se um avanço qualitativo na construção do conceito, principalmente se comparado com o período da juventude (artigos políticos): a relação não é mais de oposição (homem *versus* natureza) e sim dialética e complementar. Além disso, tem-se a decidida secundarização do termo ambiente (presente nos artigos de juventude) em favor do conceito de natureza.

No §35, ainda no Caderno miscelâneo nº 7, escrito entre fevereiro e novembro de 1931, onde Gramsci analisava a relação entre materialismo e materialismo histórico, aparecem diversos trechos em que tratava das relações entre ambiente e natureza humana. Para o autor sardo, “não foi a semente regular do trigo que extinguiu o nomadismo, mas, ao contrário, foram as condições emergentes opostas ao nomadismo que conduziram às sementes regulares” (Idem: 244). Essas transformações modificaram, na visão de Gramsci, a relação do homem com o ambiente, iniciando uma etapa de predatismo do espaço natural. No mesmo parágrafo:

É também verdade que o “homem é o que come”, na medida em que a alimentação é uma das expressões das relações sociais em seu conjunto e que todo agrupamento social tem uma alimentação fundamental própria; mas, da mesma maneira, é possível dizer que “o homem é a sua morada”, o “homem é o seu modo particular de reprodução, ou seja, a sua família”, já que – na alimentação, no vestuário, na casa, na reprodução – residem elementos da vida social, nos quais, da maneira mais evidente e ampla (isto é, com extensão de massa), manifesta-se o conjunto das relações sociais (Ibidem).

Na citação acima, Gramsci reuniu sob a rubrica de “relações sociais” dois elementos

---

\* Graduado em História, Especialista em Educação Brasileira e Mestre em Educação Ambiental (FURG).

complementares e interpenetrados, natureza e sociedade: de um lado, a alimentação (“o homem é o que come”), o corpo humano, o processo reprodutivo (a mais “natural” das nossas relações) e a transformação da natureza (matéria); do outro, as relações de parentesco, a cultura (“todo agrupamento social tem uma alimentação fundamental própria”) e a massificação da produção (“extensão de massa”).

Mais adiante no Caderno, Gramsci se deteve na conceituação da natureza humana. Asseverava que “a afirmação de que a ‘natureza humana’ é o ‘conjunto das relações sociais’ é a resposta mais satisfatória porque inclui a idéia do devir; o homem ‘devém’, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais” (Idem: 245). Se for tomada a concepção de “relações sociais” apresentada neste parágrafo (§35), perceber-se-á que as relações dialéticas entre sociedade (parentesco, produção, etc.) e natureza (alimento, vestuário, corpo, etc.) compõem a “natureza humana” e que a transformação dessa natureza humana ocorre na medida em que são transformadas as relações sociais, ou seja, as relações entre o homem e o ambiente, entre a sociedade e a natureza. Isso também reforçava a crítica de Gramsci ao princípio liberal que estabelece uma “natureza humana” (essência) universal e atemporal.

Giorgio Baratta, ao analisar o mesmo trecho, afirma que, para Gramsci, “natureza e sociedade entram na constituição do indivíduo tanto quanto este entra a fazer parte daquelas, em um intercâmbio contínuo de funções e papéis” (Baratta, 2004: 128). Como Gramsci afirmou em outro trecho dos Cadernos: o homem é o centro de amarração de todas essas relações sociais e naturais.

No mesmo parágrafo existem oscilações importantes no conceito de natureza humana: “também é possível dizer que a natureza do homem é a ‘história’ (e nesse sentido, posta história = espírito, de que a natureza do homem é o espírito), contanto que se dê a história o significado de ‘devir’, em uma *concordia discors* que não parte da unidade, mas que tem em si as razões de uma unidade possível” (Gramsci, 2004a: 245). Gramsci manteve em seu vocabulário os conceitos hegelianos de espírito e devir, lembrando aos marxistas que Hegel foi o grande manancial filosófico da obra marxiana.

No Caderno miscelâneo nº 9, escrito entre julho e agosto de 1932, Gramsci faz a seguinte referência sobre o idealismo: “Para Croce, as ciências filosóficas são as únicas e verdadeiras ciências, enquanto as ciências físicas ou exatas são ‘empíricas’ e abstratas, porque para o idealismo a natureza é uma abstração convencional, ‘cômoda’, etc.” (Idem: 255). A passagem reforçava a contínua superação por Gramsci dos conceitos idealistas, principalmente no formato desenvolvido por Croce, que o autor sardo considerava conservador frente à revolução cultural e conceitual desencadeada por Hegel no século XIX.

Entre meados de abril e maio de 1932, no Caderno especial nº 10, no §1, o autor sardo afirmava que “se se diz que ‘natureza do homem é o espírito’ diz-se que ela é a ‘história’, ou seja, o conjunto das relações sociais em processo de desenvolvimento, ou, ainda, o conjunto da natureza e da história, das forças materiais e daquelas espirituais ou culturais” (Idem: 281). Ao conceito de história, apresentado em parágrafos já mencionados, Gramsci unificava espírito e natureza, e afirmava que formavam o “conjunto das relações sociais em processo de desenvolvimento”, isto é, em constante “devir”. Além disso, podemos depreender a seguinte fórmula: natureza humana = espírito = história = natureza → devir. Gramsci, evidentemente, abandonou a visão da juventude (1916): “o homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza”.

No Caderno nº 12, §2 (maio e junho de 1932), surgem as conseqüências ontológicas da

relação entre homem e natureza: “a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através do qual o homem participa ativamente na vida da natureza”, dito de outra maneira, “visando transformá-la e socializá-la [natureza] cada vez mais profunda e extensamente” (Gramsci, 2004b: 43). No mesmo parágrafo, Gramsci acrescenta que o “conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta (...) e fornece o ponto de partida para o desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo” (Ibidem).

O Caderno nº 9, entre julho e agosto de 1932, no §65, comentando o termo “acaso” (que Gramsci associa à natureza) está escrito que:

Sempre estamos na defensiva contra o “acaso”, ou seja, o concurso imprevisível de forças contrastantes que nem sempre podem ser todas identificadas (e negligenciar apenas uma delas impede que se preveja a combinação efetiva das forças que sempre dá originalidade aos acontecimentos), e podemos “atacá-lo” no sentido de intervir ativamente em sua produção e, de nosso ponto de vista, torná-lo menos “acaso” ou “natureza” e mais efeito de nossa atividade e vontade (Gramsci, 2002a: 296).

Gramsci utiliza os termos “acaso”, “natureza” e “atacá-lo” justamente porque não parece sua intenção, na maturidade, contrapor mecanicamente natureza e homem. Na verdade, Gramsci, como todos os marxistas desse período, buscava desvendar os fenômenos constantes (economia) e ocasionais (vontade ou o acaso) que determinavam (do ponto de vista histórico) as transformações na sociedade, por isso a necessidade de não “negligenciar” nenhum acontecimento social. Contudo, não deixam de ser “forças contrastantes” as intempéries climáticas que provocam catástrofes, fenômenos que o homem também tenta prever.

Entre julho e agosto de 1932, no Caderno especial nº 11, §22, Gramsci escreveu: “este é o ponto crucial de todas as questões nascidas em torno da filosofia da práxis e, sem tê-lo resolvido, é impossível resolver o outro, o das relações entre a sociedade e a ‘natureza’, ao qual é dedicado um capítulo especial no Ensaio [Bukhárin]” (Gramsci, 2004a: 140). O tema não completamente resolvido ao qual Gramsci faz referência versa sobre como nasce a história a partir da estrutura (economia). O que significa dizer que na economia (e seus “reflexos” sobre a superestrutura) se manifestam os fundamentos para um estudo das relações entre homens e natureza.

No §30, mesmo Caderno e período, o autor sardo indagava se “o conceito idealista segundo o qual a natureza é apenas a categoria econômica, não poderia, depurado de suas superestruturas [que para Gramsci também são as ideologias] especulativas, ser reduzido aos termos da filosofia da práxis, demonstrando-se que ele é historicamente ligado a esta e constituiu um seu desenvolvimento?” (Idem: 160). Com essa pergunta, Gramsci apresenta o seguinte argumento: para o marxismo não interessa as características físico-químico-mecânicas que a natureza adquire em contato com o trabalho humano, mas sua relevância enquanto “objeto de propriedade de determinadas forças sociais, enquanto expressa uma relação social e esta corresponde a um determinado período histórico” (Idem: 161).

No mesmo Caderno, entre agosto e final de 1932, §34, Gramsci segue analisando a mediação, exercida pela técnica e a tecnologia, entre natureza e homem: “na atividade experimental do cientista, que é o primeiro modelo de mediação dialética entre o homem e a natureza, a célula histórica elementar pela qual o homem, pondo-se em relação com a natureza através da tecnologia, a conhece e a domina” (Idem: 166). Além disso, afirmava

que a experiência científica era a “primeira célula do novo método de produção, da nova forma de união ativa entre o homem e a natureza” (Ibidem).

Somado a isso, Gramsci foi brilhante em sua breve e inconclusa análise (Nota I, §34) da obra “História e Consciência de Classe” de Georg Lukács (1885-1971) (provavelmente Gramsci não conhecia a obra diretamente, talvez por contato indireto em artigos), produzindo uma das passagens mais significativas e esclarecedoras desse Caderno:

Parece que Lukács<sup>†</sup> afirma que só se pode falar de dialética para a história dos homens e não para a natureza. Pode estar errado e pode ter razão. Se sua afirmação pressupõe um dualismo entre a natureza e o homem, está errado, já que cai numa concepção da natureza própria da religião e da filosofia greco-cristã, bem como do idealismo, que não consegue unificar e relacionar o homem e a natureza mais do que verbalmente. Mas, se a história humana deve também ser concebida como história da natureza (também através da história da ciência), então como a dialética pode ser separada da natureza? (Idem: 167).

O parágrafo 37 completa a bela exposição acima: “para a filosofia da práxis o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz essa separação, cai-se numa das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido” (Idem: 175). Nas duas passagens está posto um princípio fundamental: a explícita oposição de Gramsci ao dualismo homem-natureza, que se manifesta em outros binarismos, como os referidos na citação do §37. Além disso, fica patente a relação entre homem (pensar, atividade) e natureza (ser, matéria), ou seja, a natureza é o ser/matéria que corporeifica o pensamento, a cultura, o homem. Não existe possibilidade de dissociarmos biologia e filosofia, ser e pensar, inspirar e transpirar.

No que tange aos filósofos (§62), a unidade homem-natureza é condição necessária para a longevidade de qualquer filosofia (o que inclui o marxismo):

Todo filósofo está e não pode deixar de estar convencido de que expressa a unidade do espírito humano, isto é, a unidade da história e da natureza; de fato, se tal convicção não existisse, os homens não atuariam, não criariam uma nova história, isto é, as filosofias não poderiam transformar-se em “ideologias”, não poderiam assumir na prática a granítica e fanática solidez daquelas “crenças populares” que têm a mesma energia das “forças materiais” (Idem: 204).

Ainda no parágrafo 62: “Deve-se dizer, também, que a passagem da necessidade para a liberdade ocorre na sociedade dos homens e não na natureza (se bem que poderá ter consequências sobre a intuição da natureza, sobre as opiniões científicas, etc.)” (Idem: 206). Na relação dialética entre homem e natureza, o papel ativo, ontológico, está no primeiro fator da equação, o homem, a sociedade na qual existe (§64): “identidade dos contrários no ato histórico concreto, isto é, atividade humana (história-espírito) em concreto, indissolivelmente ligada a uma certa ‘matéria’ organizada (historicizada), à natureza transformada pelo homem” (Idem: 209). As transformações no ambiente realizadas pelo homem provocam mudanças na própria natureza humana, por isso Gramsci suspeita de uma mudança na “intuição da natureza” e menciona uma certa “matéria historicizada”.

No Caderno nº 10, dessa vez no §41, do mês de agosto de 1932, o autor italiano afirmou que a nova concepção de história (e de ciência) “vincula o homem à natureza por meio da técnica, mantendo a superioridade do homem e exaltando-a no trabalho criador; portanto, exalta o espírito e a história” (Idem: 365). O homem é espírito, portanto história e natureza,

---

<sup>†</sup> . Erro de Gramsci.

mas essa unidade, como já foi visto no início do capítulo, não é monista, mas dialética, mediada pela técnica e pelo trabalho.

A concepção anti-monista precisa sempre ser levada em consideração para que as assertivas de Gramsci não pareçam esbarrar no dualismo idealista. Não se pode esquecer que a precariedade das condições de estudo de Gramsci (e a natureza não-sistemática dos Cadernos) provocou inconstâncias na escrita e no tratamento de alguns conceitos. Por isso, não se pode saber quais argumentos e conceitos Gramsci teria agrupado se tivesse publicado seus escritos.

Entre os meses de setembro e novembro de 1932, no Caderno miscelâneo nº 9, §121, Gramsci afirmava que o clássico alemão Goethe conseguiu manter certa atualidade quando tratava o tema da relação entre natureza e homem, “porque expressa, sob forma serena e clássica, aquilo que Leopardi, por exemplo, é ainda conturbado romantismo: a confiança na atividade criadora do homem, numa natureza vista não como inimiga e antagonista, mas como uma força a ser conhecida e dominada” (Gramsci, 2001: 122).

Cabe aqui um salto cronológico, para apontar que nos meados de janeiro e fevereiro de 1933, no Caderno miscelâneo nº 14, §41, o autor sardo buscava outro clássico da literatura para evidenciar a relação homem e natureza, dessa vez Balzac: “compreende-se a admiração que nutriram por Balzac os fundadores da filosofia da práxis [Marx e Engels]: que o homem seja todo o conjunto das condições sociais nas quais se desenvolveu e vive, que para ‘mudar’ o homem seja preciso modificar este conjunto de condições, é algo intuído por Balzac” (Gramsci, 2002b: 245). No mesmo parágrafo, Gramsci aponta que “é também verdade que este ‘conjunto de condições’ ou ‘ambiente’ foi compreendido de modo ‘naturalista’” (Ibidem).

Em dezembro de 1932, no §48 do Caderno especial nº 10 (“Introdução ao estudo da filosofia”), Gramsci traça uma importante relação entre os conceitos de progresso e natureza: “O nascimento e o desenvolvimento da idéia de progresso correspondem à consciência difusa de que se atingiu uma certa relação entre a sociedade e a natureza (incluindo no conceito de natureza o de acaso e o de ‘irracionalidade’)” (Gramsci, 2004a: 403). A idéia de progresso (domínio da natureza, crescimento constante da produção e do consumo) tem a marca da civilização capitalista, daí sua oposição à natureza (concebida pelo capitalismo como o mundo da “irracionalidade”).

Já em 1932, segundo o autor sardo, a idéia de progresso se encontrava em crise: “os ‘portadores’ oficiais do progresso tornaram-se incapazes deste domínio [da natureza], já que suscitaram forças destruidoras atuais tão perigosas e angustiantes quanto as do passado (hoje ‘socialmente’ esquecidas, mas não por todos os elementos sociais)” (Idem: 404). Gramsci se refere às crises econômicas e ao desemprego, deixando subentendido (nossa dedução), sem desenvolver essa linha de raciocínio, que a ausência de domínio sobre a natureza está na base dessas “forças destruidoras”. Contudo, seria forçar o pensamento gramsciano afirmar que, nesse trecho, existiu uma preocupação ecológica (no máximo ambiental).

No §48 estão, até o presente momento desta análise, os argumentos mais incisivos de Gramsci sobre a natureza. O autor afirma que “dado que o homem é também o conjunto das suas condições de vida, pode-se medir quantitativamente a diferença entre o passado e o presente, já que é possível medir a medida em que o homem domina a natureza e o acaso” (Idem: 406). Interessam dois pontos dessa sentença: o homem é o conjunto das condições de vida (argumento bastante explorado anteriormente); a relação entre homem e natureza (domínio do ponto de vista capitalista) possibilita caracterizar o modo de

produção e o estágio de sua evolução.

Além disso, “o homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo” (Ibidem). Para Baratta, “é em virtude desta componente ‘ativa’ e ‘relacional’ (...) de todo comportamento humano, que a ‘humanidade’ do ‘indivíduo’ se traduz, sem resíduos, no relacionamento estrutural com os ‘outros homens’ e a natureza” (Baratta, 2004: 121).

Vários elementos importantes estão presentes nessa citação de Gramsci: a realidade é um bloco histórico composto por matéria, individualidades e coletivos; a transformação desse bloco histórico implica mudanças nas relações com a matéria (produção), na concepção de indivíduo (de homem) e na própria sociedade. Podemos deduzir que, na teoria gramsciana, um projeto de mudança da sociedade passa pela mudança nas relações entre homem e natureza.

Em fevereiro de 1933, no Caderno especial nº 10, §53 (“Pontos de meditação sobre a economia”), tem-se a seguinte passagem sobre o consumo no capitalismo: “Mas não apenas os puros consumidores aumentam de número; aumenta também o seu padrão de vida, isto é, aumenta a quota de bens por eles consumidos (ou destruídos)”. No mesmo parágrafo e página: “Uma sociedade que afirma trabalhar para criar parasitas, para viver do chamado trabalho passado (que é uma metáfora para indicar o trabalho atual dos outros), destrói, na realidade, a si mesma” (Idem: 411). Para Gramsci consumo e “aumento do padrão de vida” está relacionado com “destruição”, um juízo que, transmutado para nossos dias, seria um diagnóstico preciso da situação metabólica do capitalismo.

O §54, do Caderno nº 10, escrito no final de fevereiro de 1933, contém uma espécie de sumário do pensamento dialético de Gramsci sobre a natureza. Pode-se afirmar que, nas próximas citações, estão os elementos centrais do pensamento gramsciano acerca do conceito materialista de natureza. Os trechos trabalhados até aqui (1930-32), acumularam entendimentos e conceitos para as altas reflexões que Gramsci desenvolveu a partir de 1933.

Na primeira frase, Gramsci nos diz que “a humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são tão simples quanto poderia parecer” (Idem: 413). A humanidade, portanto, está assentada sobre este tripé fundamental, onde Gramsci incluiu a natureza.

Na seqüência do §54, Gramsci explica a complexidade da relação entre os homens e destes com a natureza: “O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos” (Ibidem). Por isso, “o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica” (Ibidem). Estão presentes todos os elementos apresentados até aqui: mediação homem-natureza pelo trabalho-técnica; a relação homem = história = natureza.

As relações apontadas por Gramsci “não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual é o centro

estruturante” (Ibidem). Nesse sentido:

O verdadeiro filósofo é – e não pode deixar de ser – nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte. Se a própria individualidade é o conjunto destas relações, construir uma personalidade significa adquirir consciência destas relações; modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações (Ibidem).

Além disso, a consciência “mais ou menos profunda delas [do conjunto das relações que o indivíduo faz parte] já as modifica. As próprias relações necessárias, na medida em que são conhecidas em suas necessidades, mudam de aspecto e de importância. Nesse sentido, o conhecimento é poder” (Idem: 414). No entanto, Gramsci não considera suficiente expor o problema dessa maneira, acrescenta um dado histórico: “não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento como um dado sistema, mas importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações”, ou seja, “o resumo de todo o passado” (Ibidem).

Na próxima passagem, considera-se o termo “sociedade das coisas” uma designação para natureza e também o mundo da produção material, contudo não ficou precisa a intenção de Gramsci: “É um lugar comum a afirmação de que o homem pode ser concebido somente como vivendo em sociedade; todavia, não se extraem de tal afirmação todas as consequências necessárias, inclusive individuais” (Ibidem). Que consequências são essas? “Uma determinada sociedade humana pressupõe uma determinada sociedade das coisas e que a sociedade humana só é possível enquanto existe uma determinada sociedade das coisas é também um lugar-comum” (Ibidem).

Por fim, no último argumento do §54, o autor sardo asseverava ser necessário “elaborar uma doutrina na qual todas estas relações sejam ativas e dinâmicas, fixando bem claramente que a sede desta atividade é a consciência do homem individual que conhece, quer, admira, cria, na medida em que conhece, quer, admira, cria, etc.” (Idem: 415). O flagrante idealismo desse trecho se completa com a sentença final sobre o “homem que se concebe não isoladamente, mas repleto de possibilidades oferecidas pelos outros homens e pela sociedade das coisas, da qual não pode deixar de ter um certo conhecimento” (Ibidem).

Sobre as propriedades da natureza, Gramsci escreveu em 1934 (§12): “é preciso desde logo estabelecer que não se pode falar de ‘natureza’ como algo fixo, imutável e objetivo” (Idem: 51). Além disso, reafirmava um argumento apresentado em outros Cadernos: “a ‘natureza’ do homem é o conjunto das relações sociais, que determina uma consciência historicamente definida; só esta consciência pode indicar o que é ‘natural’ ou ‘contra a natureza’. Além disso: o conjunto das relações sociais é contraditório a cada momento e está em contínuo desenvolvimento” (Ibidem).

O ambiente (as relações sociais) “não justifica, mas só explica” o comportamento dos homens, esse é um princípio avançado para uma época em que subsistia o economicismo entre as tendências marxistas. Tanto ambiente, quanto natureza (principalmente a segunda), são conceitos que se articulam com a teoria política, unitária e coerente, que Gramsci desenvolveu sobre o socialismo (sociedade regulada). Socialismo que se apresenta como o projeto de uma nova sociedade, um novo homem, uma nova cultura e uma nova relação com a natureza.

**Bibliografia:**

BARATTA, Giorgio. *As Rosas e os Cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

GRAMSCI. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.